

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15408 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado, Política e Gestão da Educação Básica

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE NOS PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARAENSES DE ALENQUER, ALMEIRIM E BANNACH

Rubens da Costa Ferreira - UFPA-PPGEDUC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE NOS PLANOS DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARAENSES DE ALENQUER, ALMEIRIM E BANNACH.

RESUMO

O texto, que é resultado de pesquisa documental em andamento, apresenta os elementos de avaliação de desempenho docente nos PCCRs dos municípios paraenses cujos critérios de avaliação são claramente direcionados aos docentes, Alenquer, Almeirim e Bannach, a fim de se verificar as possíveis relações entre o princípio da valorização docente e o princípio da produtividade inerente ao capitalismo, em que identificou-se que tais critérios apresentam forte vinculação ao princípio de eficiência, produtividade e meritocracia, mesmo que ainda não seja possível definir, com propriedade que a avaliação de desempenho nestes municípios esteja restrita aos PCCRs. Em se confirmando a inexistência efetiva da avaliação, há a necessidade de identificar os motivos e o foco de resistência, se do movimento dos profissionais de ensino ou se do poder público local destes municípios.

Palavras-chave: Avaliação de Desempenho. Plano de Carreira. Magistério. Servidores Públicos.

Introdução

Compreende-se que a partir da reforma do Estado na década de 90 a adoção do gerencialismo nas ações governamentais implicou diretamente na atuação e profissionalização docente, o que posteriormente passou a ser reforçada pela adoção de uma legislação que veio fazer referência a essa área, de uma forma mais particular, tais como a LDB N° 9394/96, Lei n° 11.494/2007 – Lei do FUNDEB, Lei n° 11.738/2008 – Lei do PSPN, Parecer CNE/CEB N° 9/2009, Resolução MEC N° 2/2009, em que os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública/PCCRs assumiram a centralidade

dessa política. Os PCCRs passam a assumir um formato bastante parecido em termos dos seus elementos principais, como ingresso e movimentação, este último com critérios diversificados, dentre os quais a avaliação de desempenho docente.

Este texto tem como objetivo compreender como se configura e se materializa a avaliação de desempenho docente nos PCCRs dos municípios paraenses cujos critérios de avaliação são claramente direcionados aos docentes, Alenquer, Almeirim e Bannach, buscando as possíveis relações entre o princípio da valorização docente e o princípio da produtividade inerente ao capitalismo.

Tais reflexões se apoiam, principalmente, nos estudos de Abreu (2013), Bauer (2013), Gutierrez *et al.* (2014), Jacomini (2016) e Sousa (2008).

Metodologia

O levantamento revelado se fundamenta em pesquisa documental sobre a avaliação de desempenho docente, cuja análise está sendo feita sobre os principais documentos que tratam de carreira docente, já indicados, assim como investigação nos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos municípios de Alenquer, Almeirim e Bannach, cuja escola dos municípios se justifica pelo fato de estarem entre os que mais apresentam critérios bem definidos e claramente direcionados aos docentes.

A pesquisa de campo está sendo efetivada através de entrevistas junto aos sujeitos que compõe as redes municipais desses entes para verificação da materialização ou não da avaliação de desempenho docente nos três municípios.

Resultados Parciais e Discussão

Tendo como base a análise dos documentos de Carreira dos 03 municípios, podemos destacar o seguinte:

Em Alenquer, cujo PCCR é a Lei nº. 937/2012 os critérios de avaliação de desempenho docente são mais voltados para os fatores de produção docente. Tais critérios são: pontualidade, competência, urbanidade, disciplina e responsabilidade.

Em Almeirim, cujo PCCR é a Lei nº. 1203/2012 os critérios de avaliação de desempenho docente são mais voltados para os fatores de produção docente: conduta no trabalho e desempenho funcional; para os fatores de formação: formação continuada pertinente ao cargo; para os fatores de produção acadêmica: participação em eventos educacionais, produção de artigos, dissertação, teses e resumos de pesquisa; para os fatores de relação com o sistema de ensino: participação em conselhos municipais, estaduais e federais, participação em conselhos escolares, participação em comissões, assim como para

os fatores de relação com a sociedade/comunidade: participação em atividades voluntárias.

Em Bannach, cujo PCCR é a Lei nº. 172/2010 os critérios de avaliação de desempenho docente são mais voltados para os fatores de produção docente: assiduidade, pontualidade, disciplina, urbanidade, capacidade de iniciativa e responsabilidade; para os fatores de relação com a produção dos alunos: resultados efetivos oferecidos pela qualidade e produtividade do processo de ensino-aprendizagem (percentual de rendimento e promoção dos alunos das classes regidas) e comportamento, compreendendo o comprometimento com o processo educacional; para os fatores de formação: cursos de curta e média duração, preparação e conhecimento em sua área específica de formação, assim como para os fatores de relação com o sistema de ensino: integração dos objetivos institucionais e as diretrizes da Política Educacional do Estado.

Sobre os critérios voltados à produção docente destaque-se o gerencialismo inerente à política de regulação do trabalho docente em que são atribuídos elementos que orientam para a possível responsabilização da atuação do professor na apresentação dos resultados esperados pelo Estado, buscando uma “relação simplista entre os resultados da educação e a competência do professor ou da escola” (SILVA; SILVA, 2014, p. 123).

Da mesma forma, os critérios referidos aos resultados da produção dos alunos se vinculam aos resultados objetivamente mensuráveis, mostrando que a regulação das políticas educacionais pela introdução das avaliações em larga escala coloca o discente como sujeito central e parametrizador para as demais políticas, conforme defendido pelos Organismos Multilaterais e que compõe as Reformas Educacionais dos países (ZATTI, 2019).

No que dispõe sobre a perspectiva avaliativa que os municípios assumem, destaque-se a instituição pela Câmara municipal de Alenquer de prêmios de desempenho no ano de 2023.

Considerações finais

Entende-se que tais critérios apresentam forte vinculação ao princípio de eficiência, produtividade e meritocracia, provenientes da perspectiva gerencialista.

A pesquisa se desenvolve indicando que a avaliação de desempenho docente nos três municípios, Alenquer, Almeirim e Bannach parece estar restrita aos PCCRc, mesmo que ainda não seja possível definir, com propriedade, tal afirmação. Em se confirmando a inexistência da avaliação, há a necessidade de identificar os motivos e o foco de resistência, se do movimento dos profissionais de ensino ou se do poder público local destes municípios.

Referências

ABREU, Mariza. Carreira do professor. **Revista Técnica CNM**, Brasília, DF, p. 57-80, 2013.

BAUER, Adriana. Avaliação de desempenho de professores: pressupostos e abordagens. *In*: GATTI, Bernardete A. (org.). **O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsias**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; CARVALHO, Fabrício Aarão Freire; PICANÇO, Bruno Cordovil. Valorização do magistério e plano de carreira: análise comparativa das carreiras da rede estadual de ensino do Pará e da rede municipal de ensino de Belém. **Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, RS, v. 4, n. 9, p. 01-20, 2014.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 27, n. 2 (80), mai./ago. 2016.

SILVA, Katharine Ninive Pinto; SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. *Accountability* e intensificação do trabalho docente no ensino médio integral de Pernambuco. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 9, n. 1, p. 117-140, jan./jun. 2014.

ZATTI, Antônio Marcos; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de avaliação do desempenho docente nas redes estaduais de ensino do Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 45, p. 1-21, 2019.